



SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA APOIA A PEC DA INDEPENDÊNCIA DA PERÍCIA

O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, foi recebido em Brasília, nesta quarta-feira (20/03), pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo, para discutir o apoio à PEC 76/2019. Esta proposta legislativa busca garantir a autonomia da Polícia Científica, desvinculando-a completamente da Polícia Civil. A reunião contou, ainda, com a participação de Marcos Secco, Dunya W. Spricigo e Ladislau Brito Santo, da Associação Brasileira de Criminalística; Willy Hauffe, da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF); Claudinei Salomão, representante Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica, e Karla Campos, da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo (Fessp-Esp).

Segundo Becker, Sarrubbo expressou apoio integral à proposta, que inclui a Polícia Científica no rol dos órgãos de segurança pública. “O Secretário Nacional de

Segurança Pública reconhece a importância de garantir autonomia às Polícias Científicas, para assegurar uma perícia justa, legal e imparcial no país”, comenta.

Este avanço é crucial para garantir que os policiais científicos tenham autonomia e imparcialidade para usar somente a ciência na análise de vestígios e na conclusão dos laudos periciais, fundamentais para a resolução de crimes. “Isso é particularmente relevante em investigações de crimes envolvendo policiais, exemplificado pela investigação do massacre de Paraisópolis. O trabalho pericial foi fundamental para reconstituir os acontecimentos, identificar as circunstâncias iniciais e avaliar a existência de possíveis excessos policiais que contribuíram para o trágico desfecho”, explica o presidente do Sindicato.

Uma perícia criminal autônoma e independente é o pilar fundamental para o combate à criminalidade, para a promo-

ção dos Direitos Humanos e para a garantia de julgamentos justos. Para entidades como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Anistia Internacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Human Rights Watch e a Organização das Nações Unidas (ONU), a independência da Polícia Científica é indispensável para a consolidação de um sistema de justiça eficaz, imparcial e alinhado aos princípios democráticos.

A falta de autonomia plena dos órgãos de perícia levou a Corte Interamericana de Direitos Humanos a condenar o Brasil. A Ação faz parte do Resolutivo 16, para diminuir as omissões contra os direitos e garantias da população. “Reforço que uma perícia forte é, acima de tudo, uma perícia independente. Aquele que é contra a autonomia da perícia, é contra a condução de uma prova imparcial, e consequentemente, contra a justiça no país”, finaliza Becker.

SALÁRIO DA PERÍCIA CRIMINAL DE SP É UM DOS MAIS BAIXOS DO BRASIL

PERITOS PAULISTAS
PRODUZEM MAIS DA
METADE DE TODOS
OS LAUDOS EMITIDOS
NO BRASIL

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou nesta terça-feira (27/02) o "Raio-X das Forças de Segurança Pública do Brasil", um estudo que detalha a situação da perícia criminal e das demais forças de segurança em todo Brasil. O estudo mostrou que os peritos criminais de São Paulo (R\$16.563,04) recebem um salário abaixo da média nacional (R\$18.918,46). "O salário inicial do perito criminal de SP é de R\$12.954,40, segundo a Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH) do governo e, portanto, muito abaixo da média nacional apontada pelo relatório. Para receber os mais de R\$16.000,00 de salário-base que o relatório mostra, o servidor precisar ter, pelo menos, 30 anos de serviço", explica Eduardo Becker, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP).

Estados como Paraíba (R\$16.914,15), Piauí (R\$17.046,16), Bahia (R\$17.803,74), Rio Grande do Norte (R\$18.190,29), Alagoas (R\$18.339,22) e Goiás (R\$18.509,43) têm uma média salarial maior que a de São Paulo. Roraima (R\$30.331,22) e Amapá (R\$30.188,40) são os estados que melhor pagam seus peritos. "Estudo feito pelo Ministério da Justiça em 2013 mostrou que o salário inicial do perito criminal de São Paulo correspondia a 95% da média do salário nacional. Hoje, esse índice é de 68%. Os rendimentos vêm caindo ano a ano e isso afasta o interesse dos peritos criminais pelo trabalho no Estado. Muitos saem daqui para trabalhar em outros estados que pagam melhor e isso reforça a vacância de cargo, trazendo uma série de problemas, como a demora no atendimento à população, a demora na liberação de laudos e, conseqüentemente, a injustiça prosseguirá no Estado", confirma Becker.

DISPARIDADE EM 10 ANOS

Cálculo feito pelo economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Lucas Colucio, evidencia a disparidade entre a



média salarial nacional e a média de São Paulo. Ele comparou a evolução do salário inicial dos peritos entre 2013 e 2023, utilizando, para o cálculo da inflação no período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) produzido pelo IBGE. Os cálculos revelam que, enquanto o salário nacional teve um aumento real de 86,9% em 10 anos, o salário dos peritos de São Paulo teve um aumento real de 33,4%. "Esse é um cálculo que permite entender a evolução do poder de compra do servidor no período de 10 anos. Houve uma reposição em relação à inflação. A grande questão é que, comparado à média nacional, os rendimentos dos servidores paulistas é um dos menores do país", detalha Colucio.

FORÇA PRODUTIVA

De acordo com o relatório, o estado de São Paulo concentra 19% do total de peritos criminais do Brasil. "Apesar de sermos quase 20% dos peritos, somos responsáveis por metade da produção pericial do Brasil. Somente no ano passado tivemos 1 milhão de requisições que corresponderam a 3 milhões de exames realizados", afirma Becker.

Diagnóstico da Perícia Criminal Brasileira, divulgado em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), revelou que SP produz cerca de 54% de todo trabalho nacional de perícia criminal. Os peritos de SP responderam por 450.592

(54%) do total de 825.925 requisições feitas em todo país e por 282.169 (55%) de todos os 506.541 laudos confeccionados. "Segundo dados da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de São Paulo, os peritos oficiais atenderam mais de 1 milhão de requisições em 2023. Ou seja, o trabalho aumentou, o deficit aumentou e a perda salarial aumentou", completa Becker.

FALTAM PERITOS

O deficit atual de servidores vem crescendo ano a ano. Em 2020, esse índice ficava em 4%. Em 2023, o número saltou para 18%. "Apesar dos alertas feitos pelo sindicato ao governo de São Paulo desde 2020, não houve contratações. O anúncio de concurso para esse ano não prevê vagas suficientes para recompor o quadro da perícia criminal. Pior, a expectativa é a de que o deficit aumente em 2024, com as aposentadorias, e as baixas comuns, já que a expectativa é a de que os aprovados no concurso só comecem a atuar no final de 2025", completa Becker.

EXPEDIENTE

CIRCULAÇÃO: Associados do SINPCRESP, ALESP, SPTC, Secretarias de Estado.
PRESIDENTE: Eduardo Becker Tagliarini
JORN. RESP.: Adriano Moneta Mtb 26.583
DIAGRAMAÇÃO: Moneta Comunicação

www.sinpcresp.org.br

GLOBO ENTREVISTA PRESIDENTE DO SINPCRESP SOBRE RAIOS-X DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, deu entrevista à TV Globo nesta terça-feira (27/02) para comentar a divulgação do "Raio-X das Forças de Segurança Pública do Brasil", divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estudo, que detalha a situação da perícia criminal e das demais forças de segurança em todo Brasil, mostrou que os peritos criminais de São Paulo recebem um salário abaixo da média nacional.

Durante a entrevista, Becker comentou sobre as perdas salariais que a categoria vem amargando nos últimos 10 anos. "Estudo feito pelo Ministério da Justiça em 2013 mostrou que o salário inicial do perito criminal de São Paulo correspondia a 95% da média do salário nacional. Hoje, esse índice é de 68%. Os rendimentos vêm caindo ano a ano e isso afasta o interesse dos peritos criminais pelo trabalho no Estado. Muitos saem daqui para trabalhar em outros estados que pagam melhor e isso reforça a vacância de cargo, trazendo uma série de problemas,



como a demora no atendimento à população, a demora na liberação de laudos e, conseqüentemente, a injustiça prospera no Estado", disse.

Segundo o presidente do SINPCRESP, a baixa remuneração não atrai candida-

tos para o cargo em São Paulo. "Ainda mais quando se alia a baixa remuneração ao alto volume de trabalho, uma vez que somente em 2023 os peritos oficiais atenderam mais de 1 milhão de requisições", completa.

COMO RECONHECER O ASSÉDIO MORAL NO LOCAL DE TRABALHO

O assédio moral é uma realidade perturbadora que assola muitos servidores no ambiente de trabalho. Uma das preocupações do SINPCRESP é atuar para que essa violação grave dos direitos dos trabalhadores seja identificada, denunciada e extinta do ambiente de trabalho. Antes de denunciar condutas abusivas, no entanto, é preciso entender o que caracteriza o assédio moral. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a prática é definida como qualquer conduta abusiva, repetitiva e sistêmica, que resulta em danos psicológicos para o empregado, comprometendo seu emprego, seu bem-estar físico e emocional e degradando o clima no ambiente de trabalho.

Tais condutas podem se manifestar através de ações como humilhações reiteradas, ridicularização, isolamento proposital do profissional em relação aos colegas, atribuição de tarefas com prazos inatingíveis ou que evidenciem uma subavaliação da capacidade do trabalhador. O TST enfatiza que o assédio moral é um tipo de violência psicológica que pode culminar em distúrbios mentais, provocando doenças como depressão e ansiedade.

Para distinguir o assédio moral de outras atitudes desagradáveis, é crucial estar

atento a determinados aspectos:

Frequência: Comportamentos negativos esporádicos podem não significar assédio, mas se tornam indicativos quando habituais.

Intenção: Ações que visam desestabilizar emocional e profissionalmente o indivíduo são um forte indicativo de assédio.

Efeito: Ataques que prejudicam a autoestima e o bem-estar psicológico são sérios e não devem ser menosprezados.


Isolamento: Ser sistematicamente segregado ou impedido de interagir com colegas pode ser uma tática de assédio.

Clima laboral: Um ambiente de trabalho hostil, marcado por intimidação e medo, indica um cenário problemático.


Segundo Eduardo Becker, presidente do SINPCRESP, identificar o assédio é só o começo. É essencial documentar e preservar provas que confirmem a conduta e, em seguida, proceder com uma denúncia formal junto ao sindicato ou ao Ministério Pú-

PARA MAIS INFORMAÇÕES,
CONSULTE AS CARTILHAS
SOBRE O ASSUNTO:

TST - Cartilha de
Prevenção ao
Assédio Moral



Biblioteca Virtual
em Saúde
Ministério da
Saúde



blico do Trabalho. "O servidor deve documentar e guardar evidências que comprovem os atos, e em seguida, abrir uma denúncia formal junto no sindicato ou no Ministério Público do Trabalho. É nosso dever proteger os direitos destes trabalhadores", ressalta Becker.

Os servidores que precisarem denunciar ocorrências de assédio devem entrar em contato com o SINPCRESP pelo e-mail sinpcresp@sinpcresp.org.br. Sua denúncia será formalizada e direcionada às autoridades competentes para a devida apuração.

PUBLICADO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) divulgou, em 1º de março, o edital completo para a convocação para a eleição da nova diretoria do sindicato. “A cada triênio a categoria elege seus representantes, com o fim do mandato anterior, agora é hora de definir o próximo responsável para 2024 e 2026”, comenta o atual presidente do sindicato, Eduardo Becker.

De acordo com a entidade, os sindicalizados devem seguir à risca as orientações do edital para conseguirem participar da eleição que escolherá a diretoria que comandará o sindicato para o triênio julho/2024 a junho/2027. “É hora dos interessados se prepararem para a disputa”, orienta Becker.

A estrutura do Sindicato é composta por presidente, vice-presidente e 13 secretarias (Geral, Adjunto, Finanças, Finanças Adjunto, Comunicações, Cultura, Assistencial, Assuntos Econômicos, Educação, Relações Intersindicais, Assistência a Previdenciários, Esportes e Assistência a Aposentados); além de 6 membros do Conselho Fiscal e 32 membros de conselhos diversos.

**CONFIRA O EDITAL
COMPLETO AQUI!**



ATENÇÃO! SINPCRESP ALERTA PARA NOVO GOLPE!

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) e o advogado João Vinícius Manssur alertam para uma nova tentativa de golpe que vem sendo aplicada contra peritos criminais do estado.

Uma pessoa que se identifica como Karen e se apresenta como secretária do Dr. João Vinícius Manssur está entrando em contato, por meio do WhatsApp, com peritos que têm ações judiciais ativas.

A golpista alega que o perito obteve ganho de causa na Justiça e solicita o pagamento de uma taxa para o escritório Manssur Advocacia. O golpe é bem arquitetado porque usa o número correto das ações que os peritos movem, informação que é disponibilizada no site do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Departamento Jurídico do SINPCRESP, no entanto, informa que esse pagamento de taxa não existe e que todo e

qualquer contato dos advogados responsáveis pelas causas é feito por meio do telefone ou pelo e-mail do escritório.

A orientação é para que o sindicalizado informe o Sindicato sobre novas tentativas de golpe. Toda e qualquer dúvida contate diretamente o SINPCRESP por meio dos canais oficiais:

(11) 3862-1879

(11) 3871-4550

(11) 94021-6208 WhatsApp

**FÉRIAS EM
ILHABELA**

**HOSPEDE-SE NA UNIDADE SOCIAL
DO SINPCRESP EM ILHABELA**



SINPCRESP RECORRE À PGE PELA INDEPENDÊNCIA DA PERÍCIA

O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, e o diretor de Educação do Sindicato, Bruno Lazzari, se reuniram, na manhã desta quinta-feira (7/3), com o Procurador Geral do Estado Adjunto, Caio Cesar Guzzardi da Silva, para falar sobre a autonomia da Polícia Técnico-Científica de São Paulo em relação às demais polícias.

Segundo Becker, diante da nova Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, os órgãos de perícia tem duas possibilidades: ficam totalmente desvinculados, com autonomia plena, ou ficam subordinados à Polícia Civil. "Em São Paulo foi criado um Grupo de Trabalho para estudar e apresentar proposta de lei complementar de organização da Polícia Civil e que afetará a atual estrutura da Polícia Científica", explica Becker.

De acordo com o Departamento Jurídico do Sindicato, a ausência de uma lei específica para a Polícia Técnico-Científica cria uma insegurança jurídica muito grande para peritos e para o próprio Estado. "Em 2013 o Tribunal de Contas do Estado já



havia feito uma recomendação para a autonomia total da Polícia Científica e desde 2016 o Projeto de Lei Complementar que

trata da total desvinculação da Polícia Científica das demais polícias está parado na Secretaria de Segurança Pública. Passados mais de 10 anos, estamos discutindo a nova lei orgânica da Polícia Civil e nada se fala sobre a Polícia Científica", comenta o presidente do sindicato.

Becker salienta que é indispensável que a perícia criminal seja autônoma e independente. "A criação da lei orgânica da Polícia Científica pode colocar fim a essa insegurança jurídica. Órgãos internacionais como a ONU, Human Rights, a Corte Interamericana de Direitos Humanos recomendam a autonomia dos órgãos de perícia no país, como forma de garantir o direito a um processo justo e legal", comenta.

O diretor de Educação do SINPCRESP, Bruno Lazzari, destaca que a autonomia da Polícia Científica é uma tendência mundial. "É uma indicação da Organização das Nações Unidas como garantia de que o cidadão será julgado de forma absolutamente imparcial", completa.

OPERAÇÃO VERÃO: PERÍCIA AUTÔNOMA GARANTE INVESTIGAÇÃO JUSTA

A denúncia divulgada na imprensa de que funcionários do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) e de um hospital de Santos teriam recebido, em unidades de saúde, vítimas já mortas em confronto com a Polícia Militar, durante a Operação Verão, reforça a necessidade de conferir autonomia à Polícia Técnico-Científica de São Paulo. De acordo com a denúncia veiculada no Bom dia Brasil da TV Globo (clique aqui para ver a reportagem) nesta quinta-feira (7/3), os corpos das vítimas teriam sido levados para o hospital para evitar que passassem pela perícia criminal.

A remoção dos corpos antes da chegada da Polícia Técnico-Científica prejudica a realização da perícia e impede que a dinâmica completa dos fatos seja esclarecida. Especialistas ouvidos pela reportagem

alertam que a remoção de corpos de uma cena pode configurar crime de fraude processual, com penas que variam de três meses a dois anos e multa.

Eduardo Becker, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), explica que os peritos criminais são obrigados a colocar no laudo se houve algum fator que prejudicou a perícia. O presidente do sindicato destaca a vulnerabilidade dos peritos diante da pressão e possíveis represálias, devido à vinculação parcial da perícia a outras polícias. "Hoje, com a vinculação parcial em SP, muitos colegas têm receio de colocar no laudo esse tipo de informação, com medo de ser alvo de represálias," afirma Becker. Ele ressalta a importância de uma perícia autônoma e independente, capaz de investigar

os fatos como eles são, especialmente em cenas de crimes que envolvem outras corporações.

Segundo o presidente do Sindicato, a autonomia da Polícia Científica é especialmente importante nas investigações de ações que envolvam outras corporações, como mortes em decorrência de ação policial.

Neste cenário, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 76/19 surge como esperança. A proposta visa desvincular os órgãos de perícia oficial das demais forças policiais, garantindo a imparcialidade e autonomia necessárias para que a verdade dos fatos seja revelada sem interferências. Caso seja aprovada a PEC, as perícias ficariam submetidas diretamente aos governadores e não aos secretários de segurança pública ou chefes da Polícia Civil.



SPTC ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS DURANTE CELEBRAÇÃO DO 26º ANIVERSÁRIO

O presidente e o secretário geral do SINPCRESP, Eduardo Becker e Ivan Candeias, participaram, na sexta-feira (23/02), da cerimônia de comemoração do 26º aniversário da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) de São Paulo.

Durante o evento, o Superintendente da SPTC, Claudinei Salomão, traçou um paralelo entre o crescimento da Polícia Técnico-Científica, "Irmã Caçula das Polícias de São Paulo", e a trajetória de uma pessoa, desde a infância até a maturidade.

Em sua fala, Salomão relembrou os desafios enfrentados pela instituição, desde os primeiros passos, as dificuldades, aprendizados e vitórias, até se tornar a maior polícia científica da América Latina, com cerca de 4 milhões de peças examinadas anualmente, mais de 160 equipes periciais e aproximadamente 4 mil servidores em todo o estado de São Paulo.

O superintendente falou sobre o reconhecimento da SPTC como um Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) e ressaltou outras vitórias da instituição. "Temos ótimos resultados que beiram os 80% de méritos positivos no programa de busca de pessoas desaparecidas. A grandiosidade dos números só é realmente importante se traduzir o serviço e a valorização à pessoa humana, que é ao mesmo tempo nosso cliente e nosso patrão. O atendimento humanizado evita a revitimização, por meio de acolhimento digno, individualizado e humano. Cito



como exemplo o premiado do programa Bem Me Quer, foca no atendimento de vítimas de violência sexual", comentou.

INVESTIMENTOS

Durante a sua fala, Salomão destacou os investimentos que a SPTC está fazendo para integrar, no mesmo prédio, todas as unidades do Instituto de Criminalística ao Instituto Médico Legal (IML) de suas respectivas cidades. O objetivo é ressaltar a unidade institucional da Polícia Técnico-Científica.

Até o final do ano, explica o superintendente, serão entregues as obras de três núcleos no interior (São José do Rio Preto, Bauru e Santos) e em abril será entregue, na

Capital, a obra de ampliação e a reforma do Núcleo de Balística.

PRESENCAS ILUSTRES

O evento, marcado por homenagens e reconhecimentos, contou com a presença de importantes figuras da segurança pública e Justiça do Estado de São Paulo. Dentre os presentes, destacaram-se o Delegado-geral da Polícia Civil, Artur José Dian; o Comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Coronel Cássio Araújo de Freitas; a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais (CAO Criminal), Daniela Moysés da Silveira; o delegado de Polícia e Diretor do Departamento de



Inteligência da Polícia Civil (DIPOL), Caetano Paulo Filho; a Diretora da Acadepol, Márcia Heloísa Mendonça Ruiz e o General Brigadeiro Eduardo Rodrigues Schneider, representante do Comando do Exército.

O presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, enfatiza a importância do trabalho e comprometimento de todos para que a Polícia Técnico-Científica de São Paulo seja considerada a maior da América Latina. “Os resultados alcançados pela instituição são resultado de um trabalho árduo por parte dos servidores, que se dedicam dia e noite para garantir que a Justiça seja feita e a segurança seja reforçada. Sem eles, as conquistas não seriam possíveis”, completa Becker.



SINPCRESP CELEBRA OS ANIVERSARIANTES DE JANEIRO E FEVEREIRO NA PIZZARIA MANCINI

